



“DAS CONFRARIAS ÀS IPSS”

Livro faz retrato histórico da solidariedade portuguesa



DIA DA CNIS CELEBRA-SE A 15 DE JANEIRO, EM LISBOA

ACOLHIMENTO FAMILIAR

Mais direitos e mais apoios para as famílias



FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
ACSM da Vermiosa
sonha completar
projeto do lar



ELVAS
Praça de touros
foi determinante
para crescimento da ABAT



BAIRRO FELIZ
Florinhas do Vouga
e outras IPSS
recebem donativos

José Leirião
Membro da CNIS



A Sustentabilidade é Social, Ambiental e Económica

O princípio “**Sustentabilidade primeiro**” (**sustainability first**) deve tornar-se a regra de ouro para a unificação e complementaridade de todas as políticas e acções da União Europeia e obviamente de Portugal. O chamado *Green Deal* recentemente proclamado pela nova presidente da Comissão Europeia (Ursula von der Leyen) não deve apenas incidir o seu *focus* nas mudanças climáticas. É necessário uma política mais abrangente, uma simples transição económica não é suficiente nem aceitável, é necessário uma **transformação mais profunda e abrangente da economia**, que proteja os trabalhadores e cidadãos em geral. A Europa não terá futuro se milhares de pessoas forem despedidas em resultado das transformações resultantes da introdução da “indústria 4.0”, digitalização e da Inteligência Artificial’. O *Green Deal* tem de integrar todas as dimensões da sustentabilidade que são, como sabemos, (social, económica e ambiental). Ao *Green Deal* tem de ter associado um significativo orçamento específico e um plano de investimentos mobilizando novos recursos financeiros e não apenas realocando fundos de uma rubrica para outra.

As organizações da sociedade civil já indicaram quais devem ser as prioridades:

1) Justiça Social (implementação do

Pilar Europeu dos Direitos Sociais (o legado de Juncker)

2) Objectivos de Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas

Estes dois objectivos devem formar os fundamentos da Política Geral da União Europeia, principalmente centrada nas pessoas e no ambiente.

Os desafios da transformação variam de regiões para regiões incluindo os sectores mais sensíveis como a extracção mineira e a indústria automóvel. Os subsídios e as intervenções que prejudicam o ambiente devem ser terminados e os seus valores de investimento devem ser redireccionados para elevar as qualificações e a retenção dos trabalhadores. A política ambiental deve rever as condições do Comércio Internacional, promovendo pequenas indústrias e localizados circuitos comerciais e assim evitando situações de deslocalização de indústrias e negócios e criando os chamados empregos verdes. A gestão dos impactos sociais deve ser incorporada no desenho e implementação das políticas em todas estas áreas envolvendo o suporte e participação de parceiros sociais (empregadores e sindicatos) e Organizações da Sociedade Civil. Esta participação das organizações da sociedade civil é

fundamental para o sucesso destas políticas. Também fundamentais são Serviços Públicos competentes e de elevada produtividade e resistentes à corrupção, colocando-se exclusivamente ao serviço dos cidadãos e protecção social, e também os governos devem criar políticas efectivas anti-corrupção, as quais são também são chave para o desenvolvimento sustentável. É crucial para o futuro que a União Europeia, especialmente a Zona Euro, introduza alterações no Pacto de Estabilidade e Crescimento que, presentemente serve de travão ao investimento público, especialmente aos Estados Membros com Dívida Pública e Deficits Orçamentais elevados, Portugal incluído, e coloca um travão no investimento público, tornando impossível a implementação da chamada regra de ouro do investimento público. A não aplicação desta regra vem afectando muito negativamente os serviços públicos em Portugal e o próprio crescimento económico protagonizado pelas empresas, dado o efeito multiplicador do investimento público no investimento privado, travando a subida da produtividade, que é a principal base para mais produção, melhores salários, menos importações e redução das desigualdades. Todos juntos podemos fazer mais e melhor...

REDE DE PONTOS DE ENTREGA DE ENCOMENDAS

Protocolo entre Torrestir e CNIS no terreno já em janeiro

Implementar uma pioneira e inovadora rede de distribuição de encomendas, dando assim resposta às novas necessidades de clientes e consumidores em geral, a Torrestir estabeleceu um protocolo com a CNIS, que prevê a integração das IPSS associadas como pontos de entrega.

O objetivo é criar uma vasta rede de pontos de entrega («pick up points») de encomendas em todo o país tendo por base as IPSS espalhadas por todo o território nacional.

Este é um serviço que pretende responder

à nova realidade de circulação de produtos fruto do crescimento e consolidação do comércio digital em todo o mundo e em Portugal também.

No momento de assinatura do protocolo entre a CNIS e a Torrestir, o padre Lino Maia sustentou que este “é um serviço que traz benefício para a comunidade e para as pessoas e também para as IPSS, porque há um valor a ser pago pela empresa pelo serviço”.

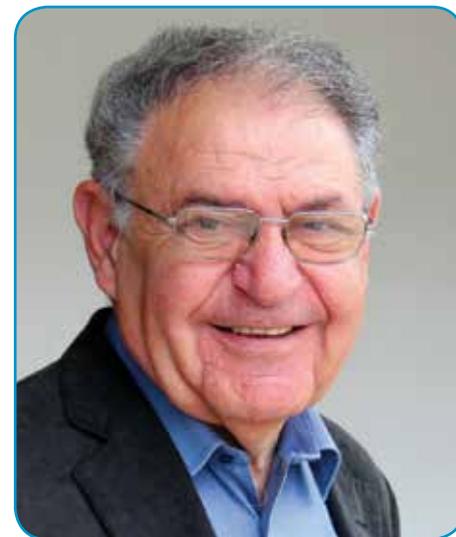
Para a Torrestir, a opção pelo protocolo com a CNIS prende-se com a vontade de

“dar preferência às Instituições Particulares de Solidariedade Social para poderem aderir a este processo e disponibilizarem um serviço à comunidade em que estão inseridas”, afirmou Fernando Torres, presidente da empresa de transportes.

As IPSS associadas irão agora ser contactadas para aferir da disponibilidade para aderir ao processo.

O protocolo efetiva-se a partir deste mês de janeiro, pelo que os contactos serão para breve.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Orçamento do Estado para 2020

1. Um Orçamento do Estado (OE) dita três grandes funções: económicas (destina-se a permitir uma melhor gestão dos dinheiros públicos), políticas (assegura direitos fundamentais dos cidadãos, impedindo que tenham de pagar impostos sem autorização dos seus representantes legítimos) e jurídicas (a administração pública está limitada por um conjunto de normas que regulam o seu funcionamento e organização).

Por norma, entre outras, deve respeitar as regras da anualidade (tem um ano de validade), integridade (um só orçamento e tudo no orçamento) e discriminação orçamental (cada receita e cada despesa devem ser especificadas e individualizadas).

É no OE que o Governo apresenta a sua política económica para o ano seguinte.

O Orçamento do Estado, instrumento de gestão que contém uma previsão discriminada das receitas e despesas do Estado, incluindo as dos fundos e serviços autónomos e o orçamento da segurança social, é da iniciativa exclusiva do Governo e, como proposta para 2020, foi apresentado no dia 16 de Dezembro na Assembleia da República.

2. Analisando a proposta do OE para 2020, verifica-se que, entre outras medidas, ali se aponta o aumento de 0,3% para os funcionários públicos, o aumento do salário mínimo para 635 euros e os aumentos salariais no privado de 2,7%, a dedução específica no segundo filho, a eliminação progressiva das taxas moderadoras nos cuidados primários e consultas, a maior progressividade no IRS e a sua redução para a classe média, a mexida na lei para IVA da energia a variar em função do consumo, o reforço de 800 milhões de euros para a Saúde e os reforços de incentivos ao arrendamento acessível e de 20 milhões de euros para o programa de redução tarifária nos transportes públicos.

E que diz o OE para 2020 para o Sector Social Solidário que coopera com o Estado nomeadamente e muitíssimo na proteção social?

A resposta parece ser simples: nada.

Mas a protecção social não é uma função do Estado?

Certamente...

3. Poder-se-á pensar que o OE não tem de incluir a Cooperação com o Sector Social Solidário porque eventuais medidas já estão prevenidas por outros documentos legais e está

acautelada no Orçamento da Segurança Social.

Mas algumas das medidas do OE já referidas têm impacto na Cooperação. Umas - não se percebe muito bem quais - terão impacto positivo; porém, outras têm correspondências eventualmente negativas.

E não somente a proteção social desenvolvida pelo Sector Social Solidário é muito grande e muito importante (com ação social direta e não lucrativa) como também o próprio Sector se confronta numa encruzilhada de eventual insustentabilidade.

Mas... a proteção social que o Sector Social Solidário desenvolve não será uma obrigação do Estado?

Evidentemente.

No caso português, não porque tenha de ser o Estado a exercer a ação social direta - ela vem sendo muito bem desenvolvida pelo Sector Social Solidário, com envolvimento por todo o País, com benefícios acrescidos para os cidadãos (especialmente os mais carenciados) e com custos muito diminuídos para o Estado.

Este, o Estado, assume a proteção social quando define políticas sociais sustentadas, assegura meios para a sua boa implementação, contrata para a sua boa execução com o Sector Social Solidário e providencia pela necessária universalização dos direitos sociais. Como acontece com muitas outras beneficiações com que o Estado vai dotando o País: planeia segundo as necessidades mapeadas, disponibiliza

com os meios necessários e contrata para a sua execução com os eficazes agentes. Mas na proteção social o Estado tem a oportunidade de contratar com um Sector que não visa o lucro e que garante uma exemplar e boa cobertura do País.

Aqui e agora, o Estado é chamado a assegurar melhores meios para que a ação social direta seja desenvolvida na Cooperação como vem sendo pelo Sector Social Solidário e sem muitos sobressaltos. No presente e no futuro.

E não haver qualquer referência no OE à proteção social desenvolvida no âmbito da Cooperação pode significar um "lavar as mãos" por parte do Estado sobre uma das suas principais obrigações...

De acordo com a calendarização aprovada pela Conferência de Líderes, a apreciação na generalidade do OE decorre nos dias 9 e 10 de Janeiro, com a votação na generalidade a ter lugar no dia 10, após o que se segue a apreciação na especialidade, que se prolonga até ao dia 6 de Fevereiro. O encerramento e votação final global estão marcados para esse dia.

Como durante a sua apreciação na especialidade muita alteração poderá beneficiar o OE para 2020, esperemos que o Sector Social Solidário seja contemplado. Com propostas dos Partidos ou do próprio Governo.

Simplex exemplos indicativos: por que não bonificar a TSU na Cooperação? E por que não redefinir o IVA da Cooperação?



UDIPSS ÉVORA

IV Encontro das IPSS do Alentejo servirá para apresentar nova sede

A cidade de Évora recebe, no próximo dia 22 de janeiro, o IV Encontro das IPSS do Alentejo, que será subordinado ao tema «Prevenção, Sustentabilidade e Inovação».

A edição de 2020 do Encontro assume especial significado para a UDIPSS Évora, uma vez que nela decorrerá a apresentação pública do projeto «UDIPSS-Évora | Residence & Services», um novo edifício que nascerá no coração da capital alentejana e que integrará, além dos serviços UDIPSS-Évora, uma residência para estudantes universitários, um auditório, salas multiusos, um café-concerto e espaços destinados a atividades de promoção do Sector Social e Solidário e as ações de intercâmbio entre a Academia e as IPSS.

No momento de apresentação deste novo conceito de espaço serão ainda lançadas duas campanhas de crowdfunding que possibilitarão a captação de receitas para suprir as necessidades de financiamento da obra que se espera seja iniciada ainda no decurso de 2020.

O IV Encontro das IPSS do Alentejo contará ainda com a apresentação em Évora do «Guia das Exigências em Estabelecimentos de Apoio Social e



IPSS», da autoria de Gonçalo Simões de Almeida, com um momento formativo sobre «Como Gerir um Procedimento de Inspeção numa IPSS», com a assinatura de um protocolo de voluntariado

universitário com a Universidade de Évora e com a participação de um painel de notáveis que discutirá a temática «A Inovação como alicerce da sustentabilidade do Sector Social».

UDIPSS BRAGA

Cónego Rosmaninho Mariz reeleito presidente da Direção até 2022

No passado dia 21 de dezembro, a UDIPSS Braga foi a votos, tendo reconduzido na presidência da Direção o cónego Roberto Rosmaninho Mariz, num ato eleitoral em que encabeçou a única lista a sufrágio, para o quadriénio 2019-2022.

A nova composição dos órgãos sociais da UDIPSS Braga é a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente: Maria Goreti da Costa Machado (Associação Solidariedade Social S. Tiago de Fraião)

1º Secretário: Manuel Luís Ferreira (Centro Social da Paróquia de Gualtar)

2º Secretário: Luís Manuel Brito da Silva Carvalho (Casa do Povo de Vale do Cávado)

1º Suplente: Albano Martins de Sousa (Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha)

2º Suplente: Eva do Vale Ferreira (Cáritas Arquidiocesana de Braga)

3º Suplente: Maria Lucinda Macedo Vilaverde (Associação da Creche de Braga)

Conselho Fiscal

Presidente: Rui Manuel Maia (SCM de Vila Nova de Famalicão)

1º Vogal: Manuel Araújo (Engenho - Associação Desenvolvimento Local do Vale do

Este)

2º Vogal: Custódio Macedo de Lima (Colégio de São Caetano)

1º Suplente: Mário da Costa Martins (Associação Gerações)

2º Suplente: Pedro Ribeiro (AIREV)

3º Suplente: João Miranda (Centro Zulmira Pereira Simões)

Direção

Presidente: Roberto Mariz (Centro Social da Paróquia de S. Lázaro)

Vice-Presidente: Jorge Pereira (Centro Social do Vale do Homem)

Secretária: Carla Sofia Faria (Associação de

UDIPSS VISEU

Lista única para os órgãos sociais eleita por unanimidade

No passado dia 17 de dezembro, a UDIPSS Viseu foi a votos tendo a única lista candidata sido eleita por unanimidade, para o quadriénio 2019-2022.

Assim, os novos órgãos sociais são:

Assembleia Geral

Presidente: Carlos Alberto Duarte Amaral (CCSD 500)

Secretário: Dário Almeida da Costa (Fundação Mariana Seixas)

Secretário: Carlos Alberto Couto Aparício (Casa do Povo de Abraveses)

Direção

Presidente: José Maria Gonçalves da Costa (CCSD 500)

Tesoureiro: António José dos Santos Silva (Centro Social da Paróquia de S. Salvador)

Secretário: Manuel Lopes Laranjo (Centro Social da Paróquia do Coração de Jesus)

Vogal: Joaquim Pinto Moura (APPDA)

Vogal: Luís Eduardo Cardoso da Silva (Associação de Solidariedade da Freguesia de Abraveses)

Conselho Fiscal

Presidente: José de Figueiredo Loureiro (Confraria Santo António)

Secretário: José Luís Ferreira dos Santos (Cáritas Paroquial de Queiriga)

Secretário: Tiago Pinhel (ACREDITA).

CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Úteis mas insuficientes, assistencialistas, pouco flexíveis e com fraca sustentabilidade

Depois de 357 Contratos Locais de Desenvolvimento Social, ao longo de 13 anos, e de mais de 110 milhões de euros de montante executado, a Autoridade de Gestão do PO ISE apresentou, no final de novembro, os resultados da Avaliação do Impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), no Auditório Pacote de Oliveira (Auditório ONE01), Edifício Sedas Nunes, ISCTE-UII, em Lisboa. O evento teve por objetivo divulgar e discutir as conclusões e recomendações do estudo e contou com a presença de um painel diversificado de personalidades. Tratou-se de avaliar o impacto das duas primeiras gerações do programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS iniciado em 2007) e CLDS+ (iniciada em 2012) e também avaliar a programação e implementação da terceira geração CLDS 3G (iniciada em 2015).

Os CLDS são um instrumento de política de promoção da inclusão social dos cidadãos promovido através de ações executadas em parceria, para combater a pobreza e a exclusão social em territórios deprimidos.

Principais resultados e conclusões:

- O programa CLDS revelou-se um instrumento de reforço da Rede Social, com forte articulação com as intervenções dos serviços IEF e da medida RSI.

- Os projetos CLDS revelaram-se úteis, beneficiaram as pessoas abrangidas e executaram com eficácia as ações com as quais se comprometeram. No entanto, são insuficientes face à dimensão dos problemas dos territórios vulneráveis.

- O programa tem uma crescente falta de flexibilidade. O número e o detalhe das ações obrigatórias de cada eixo aumentaram ao longo das várias gerações, comprometendo a adequação do programa aos problemas específicos de cada território.

- Os projetos tendem a centrar-se mais na intervenção familiar e na mudança de atitudes dos destinatários e menos na transformação das suas condições de vida, o que revela uma lógica tradicional de assistência social centrada na família.

- Os indícios de sustentabilidade das intervenções CLDS são fracos. Em geral, os serviços e atividades desenvolvidos pelos CLDS terminam com o fim do programa.

- Fator crítico para o sucesso dos projetos: capacidade das entidades coordenadoras e executoras, ao nível das competências e funcionamento da equipa técnica e da liderança, e ao nível da sua capacidade para envolver os parceiros, os técnicos e as populações.

Principais Recomendações

- Rever o modelo de intervenção nos territórios, de modo a que o programa permita o desenvolvimento de atividades específicas em áreas consideradas prioritárias em cada território e que não se enquadrem nos eixos obrigatórios já existentes.

- Definir um modelo de acompanhamento técnico aos CLDS, incluindo a realização de visitas de acompanhamento com periodicidade mínima semestral.

- Criar instrumentos e referenciais que permitam uma monitorização eficaz dos projetos e que preparem processos futuros de avaliação do Programa.

- Garantir níveis razoáveis de flexibilidade e aumento da capacidade de ajustamento no decorrer da intervenção dos CLDS

- Estudar as opções de alargamento do tempo de duração das intervenções do programa para que este tenha um impacto significativo e duradouro no desenvolvimento social dos territórios.

- Obrigar à elaboração de um plano de sustentabilidade no momento de conceção do projeto, que explicita a forma como será dada continuidade às atividades após o seu termo e que contemple explicitamente um período de phasing-out do projeto.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

Presidente do INR elogiou o trabalho da instituição

O Presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), Humberto Santos, esteve em visita de trabalho às instalações da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), no dia 6 de dezembro.

Com o propósito de conhecer, de forma mais próxima, as realidades vividas na APPC, Humberto Santos inteirou-se das atividades desenvolvidas no Centro de Reabilitação, na Casa da Maceda, na sede social (de Delfim Maia) e, também, das dinâmicas existentes na “Villa Urbana” de Valbom (concelho de Gondomar).

Abílio Cunha, Presidente da Direção da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, estava acompanhado por Manuel dos Prazeres Pereira, tesoureiro da instituição. E praticamente um a um, foi dando a conhecer todos os serviços, valências e áreas de intervenção abrangidas pela APPC.

“Há muito que o presidente da Direção da APPC me tinha dirigido o convite para visitar a instituição e, agora, finalmente, conseguimos encontrar disponibilidade e compatibilizar agendas”, disse Humberto Santos a propósito do encontro.

Considerando que o trabalho desenvolvido

pela APPC “faz toda a diferença nas vidas das pessoas com deficiência e das suas famílias”, Humberto Santos frisou questões “fundamentais como os produtos de apoio, intervenção precoce e a atividade desportiva” áreas que mereceram especial abordagem na visita realizada a 6 de dezembro.

Classificando o trabalho da APPC como “muito relevante”, o responsável do INR frisou “o capital de conhecimento técnico, de intervenção especializada e com uma disponibilidade muito significativa que permite responder, com a acuidade desejável, a muitas das situações” com que a instituição se depara.

Humberto Santos destaca que “o processo de interação com as entidades públicas e privadas é um fator crítico de sucesso para a missão do INR” sublinhando que tal só é “possível ser realizado em rede, de forma transversal e de multinível. Daí a importância atribuída a esta visita para “conhecer, tanto quanto possível, a realidade no ‘terreno’, as eventuais fragilidades e potencialidades”. E foi isso que fez nas instalações da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, sendo que em cada um dos serviços visitados era acompanhado

pelo(a) responsável do mesmo.

Sobre as questões da inclusão, Humberto Santos frisou que este terá que ser “um processo que assenta numa mudança de paradigma das organizações públicas e privadas, bem como do entendimento e posicionamento dos cidadãos face à diversidade humana”, indicando “uma relação de proximidade que pode ser decisiva pelo conhecimento, perceção, informação e construção de soluções que visem objetivos comuns em torno de um mesmo desiderato social e humano”.

Abílio Cunha, Presidente da Direção da APPC, elencou as questões dos Centros Prescritores de Produtos de Apoio e da Intervenção Precoce como prioritárias. E o Presidente do INR respondeu que “a participação e envolvimento das organizações representativas das pessoas com deficiência no desenvolvimento e implementação de medidas de política é um fator crítico de sucesso, porque estas organizações comportam informação, conhecimento, experiência e propostas que são oriundas da vivência direta, na primeira pessoa. Daí que considere que “devem continuar a ser aprofundados os mecanismos de auscultação das associações”.

IPSS FORAM DAS PRINCIPAIS DESTINATÁRIAS DA AÇÃO DO PINGO DOCE

«Bairro Feliz» distribuiu cerca de 100 mil euros em nove distritos do norte

No passado dia 12 de dezembro em diversas lojas espalhadas por nove distritos do norte do país decorreu a cerimónia de entrega dos donativos a 133 causas candidatas ao programa «Bairro Feliz», uma iniciativa inserida na política de responsabilidade social da cadeia de lojas do Pingo Doce.

O objetivo é fortalecer o vínculo com as comunidades locais, promover uma relação mais próxima e ativa com o bairro, contribuindo para o bem-estar dos bairros e dos vizinhos onde operam as suas lojas.

A iniciativa, que decorreu em 133 lojas Pingo Doce de nove distritos (Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu), recebeu a candidatura de 630 causas, tendo 266 estado a votação e 133 vencido o prémio final.

Após a seleção, por um júri, de duas causas para irem a votação, cada cliente recebia uma moeda por cada 10 euros de compras. No final, a causa que conseguisse o maior peso de moedas vencia o prémio, num valor máximo de mil euros.

Para além de entidades como IPSS ou agrupamentos de escolas, também grupos de vizinhos puderam apresentar candidaturas, algumas das quais também saíram vencedoras.

A simples compra de uma cama articulada, a remodelação de salas de estar em centros de dia e outras respostas sociais, entre muitas outras coisas, até ao valor de mil euros, preencheram as candidaturas.

Em alguns casos, fruto das boas relações entre as comunidades e as IPSS locais, grupos de vizinhos apresentaram candidaturas cujos beneficiários eram instituições sociais.

Foi o caso em Viana do Castelo, onde um grupo de vizinhos apresentou uma candidatura para melhorar o conforto e acessibilidade na sala de recreio/convívio no Centro da APPACDM de Viana do Castelo.

E no que toca a IPSS é grande o número das que apresentaram causas a votação, tendo muitas delas conseguido a vitória.

A Associação de Moradores das Lameiras (AML), de Vila Nova de Famalicão, venceu na loja de Calendário, com uma proposta para a aquisição de nebulizadores, cadeira de rodas, calcanheiras, colchão anti-escaras e cadeira higiénica para os idosos do Lar e Centro de Dia da instituição.

Jorge Faria, presidente da AML, no momento da entrega do prémio agradeceu ao Pingo Doce e ainda “a todos os que votaram na causa da AML para que fosse vencedora”, referindo ainda que “todos estão a ajudar os nossos avós a participar nas atividades diárias que a Associação desenvolve diariamente, com maior qualidade de vida para que os sonhos sejam uma constante da vida”.

Já em Aveiro, na loja de São Bernardo, foi a instituição Florinhas do Vouga a levar o prémio, conseguindo um donativo de 931 euros para



adquirir dois televisores, uma arca congeladora e um frigorífico.

“É uma grande satisfação conseguir este donativo, pois, entre outras coisas, vai permitir que guardemos em melhores condições os géneros alimentícios que recolhemos diariamente para depois apoiarmos pessoas e famílias necessitadas”, afirmou Fátima Mendes, diretora-geral da Florinhas do Vouga, no final da sessão de pesagem das moedas.

Na loja de São Bernardo estavam a concurso o projeto de melhoramento do Centro Comunitário da Florinhas do Vouga e ainda a requalificação do parque infantil do Agrupamento de Escolas da Oliveirinha. O triunfo da IPSS foi por pouca margem (33,350 quilos contra 32,650 quilos) e revelou grande empenhamento e adesão dos clientes.

“Houve um grande envolvimento dos clientes nesta iniciativa, com alguns a virem de propósito a esta loja para contribuírem, verificando-se uma grande familiarização com os projetos e as instituições participantes”, referiu Rui Santos, gerente do Pingo Doce de São Bernardo, acrescentando: “Pessoalmente, considero que, no momento atual, em que é difícil ao Estado chegar a todo o lado, é com iniciativas destas, como o «Bairro Feliz», que podemos chamar a atenção dos responsáveis políticos e reforçar, cada vez mais, a responsabilidade social das empresas”.

A Florinhas do Vouga conseguiu, assim, um donativo de 931 euros que agora vão ser utilizados na “aquisição de equipamentos fundamentais à prestação de um melhor serviço aos utentes”, sublinhou Fátima Mendes, revelando que



o dinheiro será utilizado na compra de dois televisores, “um para o Centro de Dia e o outro para um projeto da instituição, que é o Laboratório de Saberes”, e ainda uma arca congeladora e um frigorífico, “essenciais para acondicionar a comida recolhida”.

Aliás, a diretora-geral da Florinhas do Vouga lembrou que, “diariamente, vimos a esta loja do Pingo Doce buscar géneros alimentícios, que depois distribuimos pelos mais necessitados”.

Entre outras, conseguiram vencer o donativo do «Bairro Feliz» instituições como a APPACDM de Valpaços, a Casa do Povo de Godim, Peso da Régua e Covelinhas, o CASCI - Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo, a Associação de Beneficência e Cultura de Bustos (Oliveira do Bairro), a APPACDM de Estarreja, a Associação do Centro Social de Escapães (Arrifana), o Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões (Vale de Cambra), o Centro Social da Paróquia da Areosa (Porto) ou o Centro Juvenil São José (Guimarães).



UM GRUPO INTEIRO À SEU DISPOR

No Grupo Torrestir escrevemos os nossos mais de 55 anos de história rumo a novos desafios. Fundada em 1962, a Torrestir sofreu diversas reestruturações para uma constante adequação às exigências do mercado.

Hoje a Torrestir opera em todo o mundo, e anualmente percorre mais de 31 milhões de quilómetros, estando presente em 14 cidades de Portugal e também em Espanha, Alemanha e Moçambique, através das suas filiais.



Serviços

Disponibilizamos aos nossos clientes um vasto leque de serviços na área de Logística, Transporte Terrestre, Aéreo e Marítimo, tornando-nos na maior empresa de transporte em Portugal.



+31 milhões
de km/ano

+55 anos
de história

+90.000 m²
de armazém

+2.000
colaboradores

+1.600
viaturas

 /grupo.torrestir

 /torrestir

 /torrestir

 www.torrestir.com

ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E DE MELHORAMENTOS DA VERMIOSA, FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Faltam utentes em SAD lista de espera cresce para ERPI

Nasceu da necessidade de apoiar a população, numa altura em que não havia nada na zona. SAD e Centro de Dia e um ATL deram o pontapé de saída nas respostas sociais, mas a construção de um lar, que primeiro era para ser uma unidade de cuidados continuados, sempre foi a grande ambição. Quando, em 2015, o lar foi inaugurado, com sete utentes, houve outros dois a sê-lo no concelho no mesmo dia. Hoje já se debatem com falta de idosos, especialmente, em SAD, porque todos querem o lar. Por isso a intenção da Direção é completar o projeto inicial e disponibilizar não 17, mas 54 camas.

Espanha vislumbra-se no horizonte nada distante a partir da Vermiosa, freguesia do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, uma aldeia, como tantas outras na região, envelhecida e desertificada. Acresce que alberga uma importante e numerosa comunidade cigana, que tem sido o alimento de utentes nas respostas à infância e juventude.

“As crianças que temos em ATL e no CAF são todas de etnia cigana, aliás, as que não são estão em Figueira de Castelo Rodrigo ou em Almeida”, começa por dizer Tânia Salvador, diretora-técnica da Associação Cultural Social e de Melhoramentos da Vermiosa (ACSMV), acrescentando: “É uma questão essencialmente financeira, porque nós praticamos preços praticamente simbólicos, que nem se comparam com os praticados no resto do concelho”.

No entanto, a frequência das respostas de ATL e Componente de Apoio Familiar (CAF) é muito variável.

“Nós abrimos o ano letivo no ATL com 22 crianças e no Pré com 15, mas são miúdos que se inscrevem no início do ano e depois os pais vão para a apanha do morango, vão para Espanha e outros sítios e eles deixam de vir. Porém, mais tarde, acabam por regressar, pelo que a frequência vai variando”, explica Esmeralda Diogo, presidente da instituição da Vermiosa.

Apesar da resposta à juventude, com o ATL, ter sido das primeiras da instituição, a terceira idade era a preocupação principal.

“Como presidente da Junta, tive sempre a ambição de construir um lar na Vermiosa, não apenas uma instituição com estas respostas que agora temos, mas essencialmente um lar para os mais velhos. No entanto, era algo muito difícil, por questões financeiras”, começa por contar Esmeralda Diogo.

Após um período de interregno, Esmeralda Diogo regressa à instituição decidida a dar uma utilidade a uma espaço contíguo aos edifício da Junta de Freguesia, e no qual já funcionavam,



desde 2001, o SAD e, desde 2002 o Centro de Dia e o ATL.

“Estas respostas eram muito pouco para o que eu ambicionava para a Vermiosa, pois não havia nada”, sustenta Esmeralda Diogo, recordando que foi nessa altura que decidiu pôr tudo em movimento.

“Em janeiro de 2011 tomei posse como presidente da Associação e prometi à população que em maio iríamos começar a obra. Fizemos um contrato de comodato com a Junta para ficarmos com o terreno onde agora está o nosso equipamento social e onde era antigamente o campo de futebol da freguesia, e em maio estava uma retroescavadora no terreno”, lembra.

A obra demorou quatro anos a ficar concluída e foi apenas metade do projeto inicial, pois as verbas disponíveis eram curtas para tudo o que estava idealizado.

“O projeto avançou com 40 mil euros que tínhamos em caixa, com os apoios da Câmara, que nesse aspeto foi fundamental, da Raio Histórica e alguns particulares que deram alguma coisa. Depois, a Direção fez um crédito com o aval pessoal dos dirigentes, que ainda perdura”, revela a presidente da instituição, ressaltando: “Convém referir que o projeto inicial era para uma Unidade de Cuidados Continuados, numa altura em que havia o Programa Modelar, mas que terminou quando pretendemos arrançar. No entanto, disse logo, ‘não há Modelar, mas vai haver o lar’. Aproveitámos o projeto, fizemos as alterações necessárias e avançámos para a construção do lar. E agora, depois do que tenho visto, não tenho pena nenhuma de não ter avançado com a unidade de cuidados continuados”.

Para Esmeralda Diogo, “foi muito difícil e



demorou quatro anos, porque o projeto é muito grande”, contando que, perante as condicionantes financeiras, a instituição solicitou à Segurança Social avançar apenas com metade do projeto, o que recebeu luz verde por parte do organismo do Estado.

“O projeto está aprovado pela Segurança Social e pelo CLAS e prevê, pela última aprovação, ficar com 59 camas. É um projeto que tem sofrido várias alterações, porque como parámos a construção e tivemos que fechar determinadas áreas, que serão para abrir posteriormente, as coisas vão sendo alteradas, até porque as regras estão sempre a mudar”, argumenta Esmeralda Diogo, que fala com otimismo na conclusão do projeto a breve trecho.

Sem grandes folgas para investimento, a instituição, segundo a presidente, tem uma situação financeira “estabilizadíssima”.

“Pagamos aos fornecedores a 30 dias e os ordenados estão certinhos, porque temos as contas muito certinhas e somos muito poupadinhos. E é para assegurar esta situação que ainda não avançámos com a segunda fase do projeto. Não esqueçamos que todos os meses temos que pagar cerca de dois mil euros de gás, que assegurar os pagamentos da eletricidade e que dar de comer e não só aos nossos utentes”.

Atualmente, a ACSMV acolhe 17 idosos em ERPI, cinco em Centro de Dia e apoia 23 em SAD, dando resposta em ATL a 18 crianças e a seis em CAF.

E se em muitas regiões, aliás como aquela em que a Vermiosa se insere, há cada vez menos crianças e jovens, ali também já começam a faltar idosos.

Sintoma disso é o Serviço de Apoio Domiciliário da ACSMV que conta apenas 23 utentes quando tem uma capacidade para apoiar 54.

“E cada vez estamos a ficar com menos, porque as pessoas chegam a um ponto que já não podem ficar em casa, mesmo com o apoio, e procuram um lar. Como estamos lotados, as pessoas vão para outros lares noutras locais”, justifica Tânia Salvador, ao que a presidente acrescenta: “As pessoas aqui não preferem o SAD ao lar, porque a maioria vive sozinha. As pessoas querem o apoio domiciliário enquanto



se podem mexer, mas quando começam a ficar mais dependentes e a ir muito ao médico e a ter que fazer muita medicação, os filhos é que não as querem sozinhas em casa, principalmente, à noite. E no lar têm todo o apoio durante o dia e a noite”.

E, pelos vistos, oferta não falta. “Aqui no concelho, foram inaugurados três lares no mesmo dia, aqui na Vermiosa, em Reigada e em Vale de Afonsinho, todos pelo ministro da Segurança Social. Com isto, as pessoas dividiram-se muito, apesar de termos pessoas de Reigada e de outros locais, os outros também têm. E as pessoas não são assim tantas”, recorda Esmeralda Diogo.

A propósito das preferências dos idosos, Tânia Salvador sublinha a qualidade do serviço da instituição, o que leva os utentes do Centro de Dia, após uma certa reticência, a quererem logo ficar... no lar.

“É engraçado porque as pessoas quando vêm, pela primeira vez, para o Centro de Dia vêm sempre com uma recusa enorme, mas passados dois meses já não querem ir para casa ao fim do dia e já só pedem uma vaga no lar”, sustenta, explicando: “O nosso Centro de Dia

não só acolhe os idosos durante o dia, mas é aqui que a maioria faz a higiene pessoal e ao fim do dia já vão de pijama vestido, prontinhos para ir para a cama”.

E tal acontece desta forma, porque “as pessoas têm muita necessidade de apoio, há muitas que não têm retaguarda familiar e as condições das casas não são as melhores até pelas condições climáticas”, acrescenta a presidente da instituição.

E como seria a Vermiosa sem a Associação?

“Não sei... Metade das pessoas, se calhar, já cá não estava. Não haveria emprego, porque 13 das funcionárias são da Vermiosa e nós somos o maior empregador da freguesia. Nem imagino a Vermiosa sem a Associação”, afirma Esmeralda Diogo, ao que Tânia Salvador acrescenta: “Estaria ainda mais desertificada, porque há muita gente que ainda cá vem para visitar os familiares e, se eles já cá não estivessem, já não viriam. E as pessoas teriam que ir para lares de outras aldeias, sendo que toda a vida viveram aqui e isso seria ainda mais stressante. Ao nível das crianças seria a mesma coisa”.



APPACDM-COIMBRA

IPSS vai receber medalha de ouro da cidade

A Assembleia Municipal de Coimbra aprovou, por unanimidade, uma recomendação para a atribuição da medalha de ouro da cidade à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Coimbra.

Apresentada pelo PSD, a proposta destaca que a instituição, que fez este mês 50 anos, “tem como principal missão criar condições para que cada pessoa com deficiência mental (ou em situação de exclusão) possa atingir a sua plenitude como ser humano e social, potenciando a sua individualidade e consolidando a sua participação efetiva na sociedade”.

Segundo Nuno Freitas, líder da bancada social-democrata, a atribuição da medalha visa “reconhecer o excecional contributo cívico e social” daquela Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), criada em 1969 com o objetivo de desenvolver serviços de apoio à pessoa com deficiência intelectual.

“Sempre numa perspetiva evolutiva, dinâmica e inovadora, a APPACDM de Coimbra foi procurando melhorar continuamente os seus serviços, criando respostas ajustadas à necessidade e particularidade da pessoa atendida”, refere a

moção apresentada.

Com sede em Coimbra, a instituição apoia mais de 1.200 cidadãos com deficiência intelectual entre os concelhos de Arganil, Cantanhede, Montemor-o-Velho e Coimbra, contando com cerca de 300 profissionais nos seus recursos humanos.

Nuno Freitas salienta que a associação pretende “ser uma organização de referência nacional e internacional, dinâmica e dinamizadora, centrada na promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência e incapacidades, em parceria ativa com agentes sociais, económicos, culturais e políticos”.

A APPACDM possui serviços e respostas para o apoio à infância (Creche e Jardim de Infância), às escolas no processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais de caráter permanente (Centro de Recursos para a Inclusão) e serviços de habilitação, ocupacionais e socialmente úteis (CAO).

Possuiu também serviços de informação e orientação profissional, formação profissional, apoio à procura e manutenção de emprego (Formação Profissional e Centro de Recursos do IEFP), lares residenciais e apoio domiciliário,



bem como Serviço de Apoio Temporário às Famílias.

A instituição abrange também áreas como a Hotelaria, Serviços, Ambiente e Saúde, “com o objetivo de responder às diversas e crescentes necessidades da população em geral” e detém a mais elevada pontuação europeia na certificação internacional EQUAS com o grau de “Excelência” nos serviços sociais que presta quotidianamente em Coimbra e na região de Coimbra.



SOFTWARE QUE ASSEGURA
O CUMPRIMENTO DO
**DECRETO LEI
N.º 28/2019**



**SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
À SUA MEDIDA**
Gestão integrada de todas as áreas da organização

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

SALÁRIOS	UTENTES	SÓCIOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL
TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO
CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS

100% WEB

esocial
NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

**JUNTOS
CONSTRUÍMOS
CONHECIMENTO.**

**INVISTA EM
FORMAÇÃO!**

**2020
PLANO DE FORMAÇÃO**

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt
Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda








SEGURANÇA SOCIAL

Excedente reforça sustentabilidade

O excedente da Segurança Social atingiu em novembro 3,1 mil milhões de euros, quase duplicando o valor inicialmente previsto, anunciou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Num comunicado, o ministério adianta que “o saldo global do subsector da Segurança Social atingiu, em novembro, o valor de 3.112,4 milhões de euros, superando o saldo homólogo em 36,7% (835,2 milhões de euros)”.

“Este resultado praticamente duplica o saldo previsto no Orçamento do Estado para 2019, que apontava para 1.664,5 milhões de euros”, sublinha o ministério liderado por Ana Mendes Godinho.

O ministério frisa que o resultado da execução até novembro reforça “de forma mais acentuada a sustentabilidade da Segurança Social”.

Segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2020 (OE2020), o esgotamento do Fundo de Estabilização da Segurança Social é adiado 10 anos face ao previsto em 2019, para a segunda metade da década de 50, recorda a mesma fonte.

No comunicado, o Ministério do Trabalho adianta ainda que a receita da Segurança Social aumentou 2.104,2 milhões de euros (8,6%) até novembro, para 26.549,6 milhões de euros.

Já a despesa cresceu 1.269 milhões de euros (5,7%), tendo ficado nos 23.437,2 milhões de euros.

“O aumento da receita continua a ser fortemente suportado pelo crescimento das contribuições e quotizações”, que registaram um acréscimo homólogo de 8,7% (mais 1.302,9

milhões de euros face a novembro de 2018), destaca o Ministério.

Quanto à despesa, registaram-se aumentos com a generalidade das prestações sociais, traduzindo-se num acréscimo de despesa de 1.269,1 milhões de euros, mais 5,7% face ao mesmo período de 2018.

Para 2020, o orçamento da Segurança Social “traduz a continuidade das políticas de combate à pobreza e de reforço da proteção e da coesão social na sociedade portuguesa, com um reforço da despesa com as prestações sociais e com a ação social superior a 1.100 milhões de euros, num cenário em que o saldo global deverá, face à previsão de execução do orçamento de 2019, ser reforçado em 12,1% (mais 294,8 milhões de euros)”, sublinha o ministério.

ACOLHIMENTO FAMILIAR

Novo regime garante mais direitos e mais apoios para famílias

As alterações ao regime do acolhimento familiar entraram em vigor, com mais direitos e apoios para as famílias de acolhimento, que passam a estar equiparadas às restantes famílias em termos de direito do trabalho ou prestações sociais.

Entre as novidades deste regime, passa a estar assegurado que as famílias de acolhimento podem beneficiar de todos os direitos parentais que são concedidos às famílias no âmbito do Código de Trabalho, como as faltas, horários ou licenças.

Por outro lado, o Estado paga entre 522,91 e 691,55 euros por criança, quando o valor mínimo anterior rondava os 330 euros. A majoração do valor é avaliada consoante a idade das crianças e também em função de outras situações como a deficiência.

Nesse sentido, as crianças com mais de seis anos têm direito a 522,91 euros, ou seja, 1,2 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), que aumenta para os 601,35 euros se a criança tiver menos de 6 anos.

Caso a criança tenha uma deficiência, o valor é de 601,35 euros se ela tiver mais de 6 anos e de 691,55 se ela tiver menos de 6 anos.

Este passa a ser pago como valor único ao qual se soma o subsídio mensal de manutenção para compensar encargos adicionais. A estes valores somam-se todas as prestações sociais que existem e que a família pode requerer, como o abono de família, a bonificação por deficiência, a assistência a terceira pessoa ou o complemento por dependência.

A partir de agora, as famílias de acolhimento podem apresentar as despesas de saúde e de

educação da criança que tenham a cargo e faltar ao trabalho para assistência ao menor, tendo também direito a licença parental.

Graças às alterações ao regime, as famílias de acolhimento podem apresentar para deduções à coleta todas as despesas com educação ou formação, bem como com saúde e seguros de saúde, uma vez que a criança ou jovem é considerado como membro do agregado familiar.

Estes menores são também considerados como dependentes da pessoa singular ou da família para efeitos de dedução à coleta, sendo a dedução calculada de forma proporcional à duração, no ano em causa, do período de acolhimento.

Em matéria de direitos laborais, durante o período de duração do contrato de acolhimento, estas famílias ou pessoas singulares podem faltar para assistência à criança ou ao jovem, tal como previsto no Código do Trabalho para as demais famílias.

Por outro lado, a mãe e o pai trabalhadores que estejam envolvidos no processo de acolhimento e tenham a cargo uma criança com idade até um ano têm direito a usufruir da licença parental.

Pode candidatar-se a família de acolhimento qualquer pessoa com mais de 25 anos e menos de 65 que não seja candidata a adoção e que tenha condições físicas e mentais comprovadas por declaração médica. Deixou de ser obrigatório que a pessoa responsável pela criança ou jovem seja trabalhador independente ou não possa ter outra profissão.

No entanto, está previsto que, em casos excecionais, as famílias possam pedir a tutela



parental e adotar a criança, nomeadamente no caso de crianças muito jovens.

Cada família pode acolher até duas crianças, havendo margem para situações excecionais, nomeadamente no caso de irmãos.

O processo de candidatura das famílias, bem como a sua seleção, formação e avaliação é da responsabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sendo que a gestão do sistema de acolhimento compete ao Instituto de Segurança Social (ISS) e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O acolhimento familiar é uma medida de proteção para crianças e jovens que tenham de ser retirados às famílias biológicas e que são colocados à guarda de uma família com a qual não têm qualquer relação de parentesco, com vista à reintegração na família de origem.

DIA DA CNIS

Celebração com conferência e apresentação de livro histórico sobre as IPSS

No próximo dia 15 de janeiro, o Teatro Thalia, em Lisboa, acolhe a comemoração do Dia da CNIS. Assim, o 39º aniversário da maior confederação de instituições sociais portuguesas terá uma tarde dedicada à reflexão e ao debate não apenas do presente e do futuro do Sector Social Solidário, com a conferência «Direitos Fundamentais em Contexto de Resposta Social», mas igualmente fará uma abordagem ao passado das IPSS, com a apresentação do livro «Das Confrarias às Instituições Particulares de Solidariedade Social. O longo caminho das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal – subsídios para a sua História», da autoria de Isabel Monteiro.

Dia 15 de janeiro é há muito o Dia da CNIS. E para assinalar o 39º aniversário, a CNIS promove uma tarde de reflexão que terá como pontos altos a conferência «Direitos Fundamentais em Contexto de Resposta Social» e a apresentação do livro «Das Confrarias às Instituições Particulares de Solidariedade Social. O longo caminho das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal – subsídios para a sua História», da autoria de Isabel Monteiro, colaboradora da Confederação.

A obra é o resultado de um aturado trabalho de investigação, coordenado por Manuela Mendonça, até há pouco presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, e que exigiu grande dedicação e labor da autora.

O impulso para Isabel Monteiro avançar para tão exaustivo trabalho deu-se quando, após fazer o levantamento e organização de todos os livros que se encontram na sede da CNIS, tomou consciência de que, ao contrário das misericórdias, as IPSS não têm uma obra escrita com a sua história desde os primórdios.

“Penso que todas as organizações, tal como a CNIS, devem conhecer a sua história e ter consciência de onde vêm, para onde vão e o que é que fazem. E ao ler vários livros dos que aqui estão na CNIS, pensei propor à Direção fazer a história da organização e das organizações que a compõem”, começou por dizer, ao Solidariedade, a autora, lembrando que a história da CNIS, enquanto Confederação, já está exposta no livro «UIPSS/CNIS – 30 anos ao serviço da solidariedade», “mas as IPSS não vêm daqui, vêm de muito mais atrás” e “a maior parte das pessoas que estão à frente das IPSS não sabe de onde elas vêm”.

O «Portugaliae Monumenta Misericordiarum» é a obra que conta toda a história das misericórdias, mas nada há de semelhante sobre as IPSS, que “não se resumem ao tempo de história da CNIS, pois vêm muito mais de trás”.

E é aqui que começam algumas das revelações, apesar de, como diz a autora, “nada disto ser novo e desconhecido”: “As IPSS são anteriores às misericórdias, porque estas nascem daquilo



que hoje chamamos Instituições Particulares de Solidariedade Social”.

Com referências aos primórdios da nacionalidade, em Portugal sempre existiu um espírito solidário entre as pessoas, que sempre tomaram em mãos a tarefa de acudir aos mais necessitados, com diferentes respostas consoante os tempos que se viviam.

“E é isto que as instituições precisam de saber, é que são do povo, vieram do povo e tem que estar para o povo”, sublinha Isabel Monteiro, acrescentando: “E ajudaram a construir aquilo que hoje podemos chamar de sistema de segurança social público”.

Para a autora, “as instituições não têm noção desse percurso histórico e de onde vêm, porque se tivessem não tomavam as posições que tomam, nem se posicionavam como o fazem, por vezes”.

Mesmo assim, findo o livro e assimilado todo o percurso que as entidades, a que hoje chamamos IPSS, fizeram ao longo dos séculos dá à autora confiança no futuro: “Dá garantias para o futuro, porque venha o que vier o povo dirá sempre presente. Venha o que vier, as instituições vão sobreviver sempre, porque vêm do povo e são para o povo”.

O aturado trabalho de investigação desenvolvido, começou por confirmar que “as confrarias e as instituições são anteriores ao início da nacionalidade”, revela.

“Não havia organizações com os nomes que hoje lhes damos, mas tinham nomes correspondentes aos que hoje lhes damos, como as confrarias, de vários tipos, onde temos as albergarias e, mais tarde, os hospitais e também o surgimento dos esmoleres e das esmolarias, que também são um tipo de instituição social.

Para além disto, há toda a ação social de proteção à infância, aos idosos e aos mais pobres, que vem desde o início da nacionalidade”, conta, acrescentando: “Desde o Tratado de Zamora, de 1143, que marca o início da nacionalidade, podemos entender que este tipo de solidariedade já existia na Europa e também no território que depois será Portugal. E aqui não trago nada de novo, porque o meu trabalho consubstanciou-se, na primeira parte, em todos os trabalhos que li e onde encontrei referências a este tipo de solidariedade e de intervenção, junto dos mais pobres, dos mais abandonados e também daquilo que eram os peregrinos, e em que apenas fiz uma síntese”.

Segundo a autora, “isso é anterior à nossa nacionalidade e vem com as ordens religiosas conventuais e não conventuais, que na sua missão tinham as albergarias e também a proteção aos idosos”.

Muito importante em todo este contexto é a “mentalidade judaico-cristã, que levava à criação de solidariedades várias que se entrecruzavam com as ordens religiosas, mas também com o povo na expressão da sua religiosidade, no sentido de tratar do seu pobre e dos seus pobres”, evidenciando-se aqui uma característica própria da época: “Era uma solidariedade muito direcionada e muito presa a um tipo de religiosidade. Havia a necessidade de ajudar os pobres para salvação da alma. As pessoas davam o seu contributo e tinham em retorno a salvação da alma. É uma solidariedade muito ligada à religiosidade judaico-cristã que se foca muito no «meu pobre». E em Portugal tudo isto foi assim até ao século XV, XVI”.

No livro é também retratado o surgimento e proliferação das misericórdias, que “num primeiro momento se dedicavam a tratar dos reclusos e a enterrar os mortos”, tendo só mais tarde ficado com os hospitais.

Na fase de aparecimento e proliferação das misericórdias, estas “começaram a aglutinar as diversas confrarias, exceto algumas que ficaram sempre autónomas, mas a par das misericórdias vão existindo sempre aquelas confrarias que nunca foram aglutinadas e que foram sempre nascendo da vontade do povo e das pessoas”, conta, prosseguindo: “Mesmo na época do Marquês de Pombal, em que as misericórdias foram alvo de grande apoio, as pequenas confrarias vão sobrevivendo, algumas na clandestinidade, devido à expulsão das ordens religiosas, sempre com o empenho dos seus fiéis e com o chamado bodo”.

Apesar dos tempos difíceis, “existem sempre pequenas instituições ligadas às ordens religiosas, mas sobretudo ligadas a grupos de cristãos comprometidos que queriam ajudar os seus pobres”.

Depois, a certa altura o conceito de pobreza alarga-se e deixa de haver o «meu pobre» para salvação da alma, mas passa a haver uma noção mais abrangente e as instituições também alargam a sua atividade.

Apesar da evidência empírica que muitos têm de que os grandes movimentos sociais e correntes de pensamento sempre passaram um pouco ao lado de Portugal e quando chegaram foi sempre com muito tempo de atraso, Isabel Monteiro confirma-o, em pleno, após a investigação que fez.



E isso levou-a a debruçar-se e a fazer uma abordagem à Doutrina Social da Igreja, que tal como as teorias políticas, como socialismo ou capitalismo, os movimentos sociais reformadores e as correntes de pensamento que foram mudando a Europa e o Mundo também chegou tarde e muito devagar a Portugal.

“Há vários momentos históricos que vão mudando o mundo, mas a Portugal chega sempre muito pouco de tudo o que acontece na Europa, como a Revolução Francesa e, mais tarde, a Revolução Industrial, e até na América, com a Revolução Americana. Os efeitos não se fizeram sentir muito em Portugal por causa da Concordata com a Santa Sé”, afirma, concluindo: “Daí também o nosso sistema de segurança social ser muito diferente dos dos outros países europeus. O nosso é algo único, por causa da nossa ligação à Igreja e ao Papa e da resistência que sempre houve à novidade”.

E é nesse âmbito que a autora faz uma abordagem à Doutrina Social da Igreja e o seu desenvolvimento.

“Tudo o que é sobre a Doutrina Social da Igreja, que é de uma grande novidade e acutilância no sentido de lutar pelos pobres, pela igualdade salarial, a cogestão e autogestão das empresas, e em tudo aquilo que ela se distingue do socialismo, chegou cá muito tarde. A grande diferença com o socialismo prende-se com a defesa da propriedade privada. Por isso o meu livro começa por abordá-la, porque é lá que as nossas instituições vão beber. E dá para perceber como é que em Portugal nos distanciámos da Doutrina Social da Igreja, do socialismo e do capitalismo e criámos um sistema muito próprio”, argumenta, referindo um facto que é bem ilustrativo de como o nosso sistema tem raízes profundas: “Ao longo da nossa história, as crianças abandonadas ou colocadas nas famosas rodas eram responsabilidade da Coroa, mas as crianças eram entregues a essas entidades que hoje chamamos IPSS, tendo o Estado a obrigação de suportar as despesas. Isto é muito

interessante, porque reflete o sistema que temos hoje”.

Outros períodos da história das IPSS são abordados na obra, tal como a I República ou o 25 de Abril, sendo que há um denominador comum em todos eles desde o dealbar da nacionalidade: “Houve sempre uma intervenção comunitária, começada com o «meu pobre» e depois o «nosso pobre», até que chegamos à abertura à comunidade. As IPSS vieram da comunidade, para a comunidade e são da comunidade, não são de ninguém”.

E para confirmar esta ideia, Isabel Monteiro recorda os tempos da I República.

“Aquando da República e da expulsão das ordens religiosas foi um caos com o encerramento de diversas respostas para os mais pobres, mas mesmo assim o povo pegou nelas e muitas não as deixou fechar. E muitos religiosos mantiveram-se cá dentro protegidos pelo povo”, conta, sublinhando: “Em Portugal, sempre que o Estado se mostrou afetado, a sociedade civil deu sempre resposta”.

Para realizar este trabalho, Isabel Monteiro contou com a prestimosa colaboração “de muitos amigos” que se disponibilizaram para ajudar requisitando livros nas bibliotecas de algumas universidades e até sublinhando passagem de obras, num período em que a autora, fruto de uma cirurgia, ficou com a visão bastante reduzida.

Por outro lado, contou com a colaboração e coordenação de Manuela Mendonça, docente de História, na Universidade de Lisboa, que considera como principal contributo da obra, que a CNIS apresenta dia 15 de janeiro, “o conhecimento que traz e que é muito importante”.

“É fundamental que conheçamos o processo histórico do Sector e este é um contributo importante para que nos conheçamos enquanto IPSS. Depois é preciso que se saiba que, ao longo de todos os séculos da história de Portugal, enquanto país, sempre houve preocupação da sociedade em responder aos problemas sociais”;

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Haja menos pessimismo

São várias as análises feitas sobre os tempos que correm que estão carregadas de uma certa descrença num futuro melhor.

Há aqueles que afirmam que no tempo deles era tudo melhor.

Há os que não acreditam nos dirigentes e nas elites que nos governam.

Há também, perigosos populistas e demagogos, que se aproveitam deste tipo de perceções para apresentar soluções fáceis e imediatas para todos problemas, por mais complexos que sejam.

Há ainda aqueles mais sensatos que não falam, ou porque sentem que não têm nada para dizer, ou já intuíram que não vale a pena expressar as suas opiniões, porque a sensatez não sendo hoje valorizada, também por isso não é notícia.

Vivemos assim um tempo em que na opinião publicada prevalece um certo pessimismo, traduzido numa atitude de ausência de crença num futuro melhor

Este sentimento torna-se mais intenso nas épocas de finais de cada ano em que é normal que se façam balanços sobre o ano que passou e se projete o que vem aí. Então, como agora é o caso, quando se muda de década esses balanços são naturalmente mais densos porque se projetam em espaços temporais mais alargados seja para o passado e para o futuro

Assim, neste início de uma nova década vários articulistas e comentadores deram conta das inquietações, incertezas e angústias que foram identificando em vários domínios das esferas económicas, sociais e políticas e alguns profetizam que, em breve, alcançaremos um ponto de não retorno que assinalará o fim de melhores dias.

Parece que não fujo à verdade se disser que no

início desta década o pessimismo prevalece na vida intelectual.

Será esta atitude razoável?

É certo que não se pode ignorar as ameaças de diversa natureza que pairam sobre a humanidade. Ter a consciência de que existem é a primeira das condições para as combater. Mas é também importante que se faça o exercício de olhar para a evolução que tem ocorrido no passado e perceber a notável evolução para muito melhor de que tem beneficiado toda a humanidade. Porque é que quando vemos melhoramentos fantásticos atrás de nós, não somos capazes de não ver mais nada senão os sinais de deterioração que estão à nossa frente?

No nosso País é impressionante a evolução operada nas últimas quatro décadas para muito melhor.

Há quarenta anos lembro-me, por exemplo, que várias freguesias do concelho de Mirandela não tinham ligação por estrada à sede do concelho e o único meio de transporte disponível era o burro.

Então nas áreas que têm a ver com a resolução de situações básicas que se situam nas áreas das vias de comunicação, escolas, abastecimento de água, eletricidade, tratamento de lixos e esgotos a evolução, no nosso País, tem sido muito significativa.

Em 1990, apenas 58% da população tinha acesso a água canalizada, enquanto em 2010 esse valor passou para 98%.

Em 1994, apenas 31% das águas residuais urbanas eram objeto de tratamento, para ser de 86% em 2017.

A disseminação de equipamentos educativos e culturais pela malha urbana do território representa outra evolução impressionante.

Em 1961 existiam 99 museus, em 1994 eram

333, e em 2014 já eram 674.

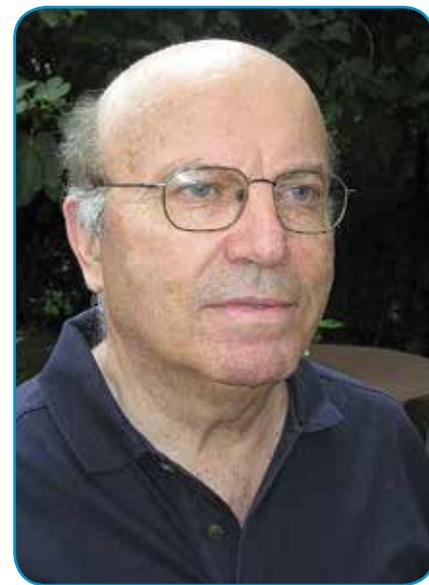
Quanto a bibliotecas, eram 89 em 1960, 735 em 1994 para passarem a ser 1018 em 2013.

A nível da humanidade em geral a evolução verificada no último século e, mais intensamente nas últimas décadas, é também claramente positiva e impressionante. A este respeito acabei de ler um livro intitulado “O Otimista Racional” de Matt Ridley que apresenta uma série de dados e factos que demonstram que o mundo está cada vez melhor. O acesso generalizado a alimentos, os rendimentos e o aumento de esperança de vida alcançaram níveis sem precedentes. As doenças, a mortalidade infantil caíram de forma acentuada. A África, depois da Ásia, está a sair da pobreza. As novas tecnologias melhoraram de forma muito acentuada o nosso quotidiano.

O autor do livro parte de uma retrospectiva da história da humanidade e conclui que, graças à ilimitada capacidade de inovação do ser humano, o século XXI registará progressos notáveis, não só materiais, mas também ao nível da biodiversidade.

Às vezes sabe bem operar uma desintoxicação com este tipo de leituras. Foi o que fiz nesta quadra natalícia.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



Kosovo: memórias da última guerra europeia

Passaram, ainda recentemente, pouco mais de dez anos sobre a declaração da independência do Kosovo. O novo estatuto daquela antiga província da Jugoslávia só foi reconhecido então por uma parte significativa dos países membros da ONU desta organização internacional, enquanto um número razoável dos restantes recusou, até hoje, aceitar aquela resolução. Estão neste caso estados que enfrentam problemas de unidade territorial, linguística ou cultural como é o caso da Espanha, e ainda outros países condicionados por alianças históricas, como acontece por exemplo com a Federação Russa, cuja ligação política e religiosa à Sérvia sempre marcou as relações entre os dois povos.

A independência do Kosovo resultou de um conflito armado que envolveu forças da NATO e da Sérvia e que muitos consideram a última guerra europeia. O novo estado nasceu da incapacidade do governo de Belgrado em perceber, a tempo e horas, as consequências políticas duma transformação demográfica que fez da população de origem albanesa a etnia dominante naquele território da antiga Jugoslávia. Os dirigentes sérvios, e particularmente

Slobodan Milosevic, reponderam a esse desafio com uma política repressiva que foi tornando cada vez mais difícil e perigosa a expressão pública da identidade histórica e cultural dos kosovares de origem albanesa. Empurrados para uma espécie de gueto, estes foram politizando as suas reivindicações até chegarem à utilização da violência, e mesmo da guerra, na sua luta por aquilo que consideravam a sua dignificação. O resto da história já é conhecido. Face à resposta cada vez mais intolerante do governo de Belgrado, uma parte da comunidade internacional, com o apoio da ONU, decidiu intervir envolvendo-se numa guerra que esteve longe de contar com o apoio de todos os membros daquela Organização.

Durante estes onze anos de independência, o novo estado ainda não conseguiu ter do seu lado países com um peso decisivo na Organização das Nações Unidas, como é o caso da Rússia e da China. Mesmo assim, e apesar da oposição da Sérvia, o Kosovo tem evoluído politicamente como qualquer outro país democrático, com problemas e crises internas que vai resolvendo com o recurso a eleições, como aconteceu ainda há pouco tempo. A

sua participação surpreendentemente positiva no campeonato europeu de futebol diz bem do caminho percorrido pelo novo estado.

De qualquer modo, as feridas daquela que pode ser considerada a última guerra europeia não estão ainda totalmente cicatrizadas. A reacção da maioria dos seus habitantes à recente atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao escritor austríaco Peter Handke, a quem acusam de ser um admirador da Milosevic, diz bem de como essas feridas ainda doem.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Atributo ou acessório

1 - No dia em que escrevo esta crónica, ainda não foi a votos, na Assembleia da República, e na generalidade, o Orçamento de Estado para 2020.

("Será já amanhã ..." – como começa "A Ceia dos Cardeais ...")

Mas ninguém acredita que o mesmo não passe quando for a votação – quer a votação inicial, na generalidade; quer a votação final global, após o debate parlamentar respectivo.

Na verdade, é mais ou menos unânime o entendimento de que o Orçamento para 2020 não será muito diferente dos seus irmãos de 2016, 2017, 2018 e 2019, todos estes aprovados pela conjugação dos votos do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda.

Entendem os analistas políticos que nenhum dos partidos que constituíram a geringonça poderá explicar às suas hostes por que razão votou favoravelmente esses Orçamentos pretéritos, da anterior legislatura – e reprovaria este, que é igual aos outros.

Claro que o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda não vão votar expressamente a favor, na medida em que o pacto que serviu de base à anterior solução de Governo não se repetiu, do ponto de vista formal, não fazendo tais partidos parte da fotografia de sustentação do Governo.

No entanto, todos têm como certo que estes dois partidos não correrão o risco de inviabilizar o Orçamento, abrindo uma crise política cuja utilidade e riscos os respectivos eleitorados não perceberiam.

A diferença, relativamente aos Orçamentos do tempo da geringonça, é que, desta vez, os deputados do PS se vão levantar a aplaudir os resultados da votação sozinhos, sem a cenografia da esquerda unida que marcou festivamente as aprovações do passado.

Mas essa cenografia também não significava nada mais do que pose: a opinião que esses dois partidos tinham das soluções orçamentais e das políticas governativas, no que ultrapassava o alcance estrito dos pactos escritos então celebrados com o PS, era também, como é agora, negativa.

2 – Por outro lado, é também pacífico o entendimento de que o Orçamento entregue no Parlamento permitirá a António Costa manter o equilíbrio que traduziu o período anterior: por um lado, prosseguindo uma política de convergência com as metas austeritárias da União Europeia, designadamente no que toca à redução e eliminação do défice e da dívida; mas, em contrapartida, devolvendo rendimentos, embora moderada e parcialmente, que tinham sido espoliados pelo Estado nos anos da troika, e restaurando a progressão nas carreiras na Função Pública, que nesses mesmos tempos haviam sido congeladas.

É certo que, como o próprio Primeiro-Ministro reconhece, o esforço financeiro que foi necessário fazer para a devolução, embora limitada, de rendimentos, e para o pagamento antecipado aos credores internacionais, levou ao desinvestimento na manutenção das condições de funcionamento dos serviços públicos, principalmente no Serviço Nacional de Saúde e nos transportes colectivos,

através das cativações dos recursos que lhes estavam destinados – conceito esse, de cativações, cujo sentido desconhecíamos, mas que ficou a fazer parte para sempre do léxico que caracteriza e descreve estes tempos de austeridade.

O mesmo Primeiro-Ministro também explicou – ouvi-o ontem na televisão, na reunião da Comissão Nacional do PS – que o pagamento antecipado aos credores e a redução do défice nos tinha permitido poupar, em 2020, 2 milhões de euros em juros – valor que anunciou que será afectado à modernização e restauração das condições de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

Se tal for verdade, creio que se justificou algum aperto nos anos passados, para alívio dos encargos futuros – nossos e dos nossos filhos.

(Anoto, entretanto, muitas conversões de gente do PS, que acompanhava José Sócrates na teoria por este formulada de que a dívida pública não era para pagar, mas para gerir; e agora aplaudem e acompanham António Costa na versão europeísta hoje adoptada!)

3 – Também funciona a crédito do Governo a projecção de superavit no fim do exercício de 2020.

Com efeito, a notícia de que, pela primeira vez desde a instauração da democracia, as contas públicas apresentarão um saldo positivo tem alegrado todas as almas – e constitui, de facto, um argumento de propaganda imbatível.

Tal não significa necessariamente que a nossa vida melhorou, na medida em que se não prevê diminuição da despesa pública. O que se estima é que aumentem as receitas fiscais, para fazer face ao aumento da despesa; não que se poupe nesta.

Mas o que conta, muitas vezes, na percepção pública, não é propriamente a realidade, mas o papel, ou a embalagem, que a embrulha.

É o que se passa com a fórmula para o aumento de impostos escolhida pelo Governo, centrada nos impostos indirectos, sobre o consumo, em vez do confisco fiscal sobre os rendimentos, que foi a fórmula do Governo da troika.

Na verdade, temos a ilusão de que a carga fiscal resultante dos impostos indirectos pode ser gerida por nós, adequando os nossos consumos, e limitando-os – e pagando em conformidade os impostos por responsabilidade nossa, por má gestão desses consumos – desculpabilizando os Governos que aumentam as taxas respectivas.

É, com efeito, elementar que, se não comprarmos ou não nos deslocarmos de automóvel, se não tivermos electricidade em casa, ou abastecimento domiciliário de água, se não andarmos de transportes públicos ou não nos alimentarmos, se não formos a restaurantes, se não comprarmos medicamentos, não teremos de pagar IVA, nem IA, nem Imposto sobre os Produtos Petrolíferos.

Em suma: se não vivermos, não pagamos impostos sobre o consumo.

Mas como podemos, em teoria, viver com restrições, reduzindo a quantidade e a qualidade de vida que vivíamos, tendemos a ignorar, ou a não perceber, que grande parte do aumento dos preços dos bens que adquirimos se deve aos



Governos e às suas políticas fiscais – e não lhes assacamos as responsabilidades pelas privações.

4 – Voltemos ao jogo de sombras parlamentar e às posições dos partidos da geringonça na votação do Orçamento.

Então não há diferença entre as posições tomadas na legislatura anterior, de aprovação expressa do Orçamento de Estado pelo PC e BE, e as anunciadas, ou adivinhadas, para esta – no máximo, de abstenção?

Claro que há!

Nota-se mais no Bloco do que no PC – e tem que ver com as expectativas e a estratégia futura de ambos: o BE ambicionando partilhar o exercício do poder; e o PC tão só influenciá-lo.

Ora, para esse objectivo, o Bloco tem que crescer; e só pode crescer para o lado direito, disputando o eleitorado ao PS.

Nessa medida, o estar por dentro da solução de Governo, beber do fino, servia melhor essa estratégia – tanto mais quanto é certo que a apreciação que os portugueses fazem dos últimos 4 anos de Governo e da geringonça é favorável, como o resultado das eleições comprova.

Mesmo sendo os Orçamentos idênticos quanto à matriz, interessava mais ao Bloco assinar um pacto com o PS – que só não assinou porque o PS não quis -, e reclamar o seu dedo no Orçamento, como fez no passado.

Lembram-se os meus leitores do que aprendíamos na escola, quando se ensinava a gramática, e, nesta, a sintaxe, sobre a função do chamado "atributo ou acessório"?

Tratava-se de uma função sintáctica idêntica, a adjectivação que acompanha um nome, um substantivo, apontando-lhe ou definindo-lhe alguma característica; mas que foi adquirindo uma subtil distinção conceitual: no caso do atributo, o adjectivo como que está contido no campo semântico do substantivo, identificando uma qualidade positiva deste, integrando a sua própria essência; no caso do acessório, esse acompanhamento adjectivo limita-se a uma enunciação de uma característica marginal, ou desnecessária à significação do substantivo – descartável, portanto.

Voltando ao voto no Orçamento: o risco dos partidos que foram da geringonça é o de não poderem proclamar terem definido algumas das soluções orçamentais, por fazerem parte delas, como aconteceu nos anos passados; mas acabarem por, sem vantagens próprias, proporcionarem o mesmo resultado a quem governa.

Quer dizer, passarem de atributo a acessório.

ABAT - ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA «AMIGOS DA TERRUGEM», ELVAS

Reforçar as respostas aos idosos porque crianças há cada vez menos

A paixão pelos touros na região foi uma importante fonte de receita para que a Associação de Beneficência «Amigos da Terrugem» nascesse e fosse hoje um elo fundamental na ação social no concelho de Elvas. Tudo começou com a construção da praça de touros, hoje um problema para a instituição, mas essencial para a construção do equipamento onde a instituição cumpre a sua missão solidária. Remodelar a ERPI é o objetivo prioritário, passando o futuro pelo reforço das respostas à terceira idade, uma vez que as crianças são cada vez menos.

Um par de anos após a Revolução de Abril de 1974, as gentes da Terrugem, localidade raiana do concelho de Elvas, distrito de Portalegre, sentiram a necessidade de criar uma estrutura que pudesse acolher os mais idosos que não tinham qualquer retaguarda familiar.

“Entre um grupo de pessoas da Terrugem com preocupações sociais começou a falar-se da necessidade de criar uma casa para acolher os idosos da Terrugem”, começa por recordar Leonel Nascimento, ressaltando: “Estamos a falar de um tempo em que não havia apoios nem acordos de cooperação”.

Então, nos encontros que mantinham e em que conversavam e alimentavam a ideia, cogitaram qual a melhor forma de manter uma casa dessas.

“Então, alguém disse: ‘E se fizéssemos uma coisa para fazer umas touradas à vara larga?’ Outro sugeriu fazer uma coisa maior e foi aí que arrancou a Comissão Angariadora de Fundos para a Construção da Praça de Touros da Terrugem, a origem disto tudo, ainda em 1977”, recorda o atual presidente da Associação de Beneficência «Amigos de Terrugem» (ABAT).

Posteriormente, já como presidente da Junta de Freguesia, e após ter estado na inauguração de um lar de idosos numa freguesia vizinha, “em conversa com o diretor da Segurança Social do distrito”, expressou a vontade em ter algo semelhante na Terrugem, “ao que ele disse para se avançar que a Segurança Social apoiava”. “Trouxe a ideia para a Comissão e foi quando avançámos para a criação dos primeiros estatutos da instituição, em 1979, revistos em 1982, que é quando passa a ter o estatuto de IPSS”, explica Leonel Nascimento, acrescentando: “Em 1979 foi quando se fundou a instituição, mas só após a construção da praça de touros e com os proventos das corridas que se realizaram é que se avançou para as respostas sociais, cerca de nove anos depois”.

O primeiro propósito da instituição foi a construção da praça de touros – no que hoje seria, certamente, apelidado de empreendedurismo social, mas igualmente alvo de grande contestação, visto que os espetáculos taurinos estão sob fogo cerrado de grandes sectores da sociedade –, “mas logo com o objetivo de criar um centro de dia e um infantário”.



Como recorda João Pataca, diretor de serviços da ABAT, “as primeiras respostas nascem em 1988, precisamente, com o investimento dos lucros da praça de touros e já com apoios da Segurança Social”, referindo ainda que a primeira pedra do equipamento social “foi colocada em 1984”.

Das duas respostas sociais que inauguraram os serviços da ABAT mantém-se o Centro de Dia, com 25 utentes, e do, então, Infantário apenas funciona a creche, com 11 petizes, sendo que o ATL encerrou no final do ano letivo passado. O Pré-escolar encerrou em 2016 “e a creche mais dois ou três anos também fecha”, lamenta João Patacas.

“Há poucas crianças, aqui em frente, do outro lado da rua, surgiu um Pré-escolar público, pelo que as respostas deixam de fazer sentido”, sustenta Leonel Nascimento.

Para além destas respostas, a ABAT acolhe 30 idosos em ERPI, e auxilia 40 utentes através do Serviço de Apoio Domiciliário.

Numa freguesia de pouco mais do que mil habitantes, a ABAT é o maior empregador com um quadro de pessoal de 36 funcionários.

Inserida num meio em que a população idosa, à qual responde prioritariamente, a instituição da Terrugem vive o dilema de muitas outras pelo país fora que é o de trabalhar para uma população rural cujos rendimentos são baixos.

Mesmo assim, “a situação financeira da instituição é equilibrada”, afirma o presidente, acrescentando: “Temos uma gestão muito rigorosa e organizada, ao ponto de discutir o preço das cenouras. A nossa vice-presidente vem todos os dias para a cozinha, tal como se fosse uma cozinheira. É uma gestão mesmo economicista e todos poupamos. As contas estão equilibradíssimas, mas não há folga para investimentos. Aliás, ainda devemos ao banco parte do empréstimo investido no piso superior do edifício”.

Não há dinheiro, mas há vontade e necessidade de investimento. “Temos um projeto

para o edifício, mas não há verba para o fazermos”, frisa Inácia Cacheirinha, vice-presidente da ABAT, ao que João Patacas acrescenta: “Há um projeto elaborado e aprovado à espera que abram candidaturas e que é para a remodelação do lar”.

O verdadeiro objetivo era ampliar a resposta social, mas tal, de momento, parece não ser possível.

“O objetivo era alargarmos o lar para conseguirmos um maior equilíbrio entre o número de utentes e o de funcionários, mas as candidaturas que há não permitem ampliação da resposta. Não há possibilidade de ampliação, tem que ser para a requalificação, porque se colocarmos mais uma cama a Segurança Social não aprova o projeto”, refere Leonel Nascimento.

A necessidade de intervencionar o equipamento é justificado com a idade do mesmo.

“O edifício é de 1988, sendo que o lar abriu em 1991 e nunca sofreu obras de remodelação, a não ser quando foi ampliado, com a construção da ala no piso superior, em 2008. A nossa intenção é requalificar o rés-do-chão e remodelar os quartos”, revela João Patacas.

Sobre as outras respostas à terceira idade, o presidente da ABAT defende as virtudes do SAD, pois proporciona aos 40 utentes “apoio 365 dias por ano, que inclui almoço, jantar e ceia, para além de outros serviços, como higiene do lar e pessoal, entre outros”.

Já para o diretor de serviços o Centro de Dia, e a queixa não é inédita entre as IPSS, “é a resposta mais complicada para a instituição, porque é a que acarreta mais custos e que dá menos rendimento, seja da Segurança Social, seja dos utentes”.

E justifica: “Os rendimentos dos utentes são baixos, a comparticipação da Segurança Social é de 107 euros, mas o custo dos utentes é quase igual aos do lar, só não dormem na instituição”.

Ainda sobre a vertente económico-financeira da instituição, os tempos que correm não estão de feição para aquilo que foi o primeiro impulso para se concretizar a ABAT e que durante bastante tempo alimentou de recursos financeiros a instituição: a praça de touros.

“A praça de touros, no início, foi uma mina de recolha de fundos para a instituição. Fazia-se uma brincadeira qualquer à vara larga e trazia-se cerca de 200 contos para a instituição. Só que hoje já não é assim. Começou a haver falta de afluência de público, a não ser nas festas da freguesia, e hoje para manter aquele edifício, que foi construído pela população graciosamente aos fins-de-semana, é uma carga de trabalhos. É que dantes ofereciam as vacas bravas e ninguém cobrava serviços, o que hoje já não acontece”, lamenta Leonel Nascimento, acrescentando: “Ainda que seja um edifício nosso, e que já nos deu umas centenas largas de contos, agora é o inverso, porque não há muitos empresários que queiram fazer corridas numa terra que tem pouca população, para além de que a manutenção do edifício é dispendiosa e tem que ser feita todos os anos”.

Como seria a Terragem sem a ABAT?

“Seria uma aldeia fantasma, nem lugar para os idosos haveria”, responde, de pronto, João Patacas, ao que Paula França, diretora-técnica da instituição, acrescenta: “Dou um exemplo, a faixa etária aqui no lar está entre os 80 e os 90,



e temos vários com mais de 90 anos, e quase todos os que morrem na freguesia ou são utentes do SAD ou não são nossos utentes. Isto dá para

ver o que seria a Terragem sem a ABAT”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON | UPK |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS | IBERLIM | PAPIRO |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



TRIVALOR

EM PORTUGAL

Há cada vez mais empregos vagos

O número de empregos vagos em Portugal aumentou 26,8% no segundo trimestre face ao período homólogo para 35.124, segundo estatísticas do gabinete de estratégia e planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A maioria dos setores de atividade registou aumentos homólogos significativos, com destaque para os setores do comércio, transportes, alojamento e restauração (mais 59,3%) e das atividades de informação e comunicação (mais 56,1%).

A taxa de empregos vagos em Portugal foi de 1% no segundo trimestre de 2019, uma subida de 0,1 pontos percentuais comparando com o mesmo período de 2018.

Os níveis mais elevados da taxa verificaram-se nas atividades de informação e comunicação (2,8%), nas regiões do Algarve e Área Metropolitana de Lisboa (1,6%) e nos estabelecimentos do setor privado com 250 ou mais trabalhadores (1,7%).

Nas micro, pequenas e médias empresas a taxa de empregos vagos foi de 1,1%.

O número de empregos vagos subiu em todas as regiões do país, com o Algarve e o Alentejo a registarem os maiores aumentos, de 51,4% e 34%, respetivamente.

Os grupos profissionais com maior crescimento homólogo dos empregos vagos foram os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e vendedores (que quase duplicou, com uma subida de 91,4%), seguindo-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (33,1%) e os técnicos e profissionais de nível intermédio (31,6%).

Na União Europeia e na Área Euro a taxa de empregos vagos atingiu 2,3% no segundo trimestre, um crescimento homólogo de 0,1 pontos percentuais e de 0,2 pontos percentuais respetivamente.

O emprego vago corresponde a um emprego remunerado, criado pela primeira vez, não ocupado ou prestes a ficar vago e para cuja vaga o empregador está a tomar medidas para preencher o lugar.

As estatísticas dos empregos vagos baseiam-se nos resultados de um inquérito

VENDEDOR C/MOTO: Para empresa do segmento de cosmético. Necessário ensino médio completo, experiência na área de vendas externas, visitas, negociação e CRM. Necessário conhecimento em informática e inglês.

SANTARÉM: Para atuar como OPERADOR DE SISTEMAS em empresa do segmento tecnologia de sistemas. Necessária experiência em gestão de documentação, conhecimento em inglês médio e conhecimento em informática.

PROMOTOR DE VENDAS: Para empresa de prestação de serviços em empresa de grande porte no segmento de bebidas. Necessário ensino médio completo, moto própria, CNH A. experiência com vendas.

ADMINISTRADOR: Para empresa de prestação de serviços em empresa de grande porte no segmento de bebidas. Necessário graduação em administração. Irá atuar em gestão de documentos (guarda custodia, digitalização, microfilmagem).

trimestral realizado junto de unidades locais, com pelo menos um trabalhador por conta de outrem, sendo as unidades com menos de 250 trabalhadores selecionadas por amostragem.

Os resultados correspondem a valores sem ajustamento sazonal.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENCAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE | +351 | 253 408 326
TELEMÓVEL | +351 | 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

FUNDAÇÃO AFID, AMADORA

Maria Cristina Simões vence Prémio Dra. Maria Lutegarda

Maria Cristina Marques Ferreira Simões foi a grande vencedora da primeira edição do Prémio de Investigação Científica Dra. Maria Lutegarda, promovido pela Fundação AFID.

O primeiro Prémio de Investigação Científica Dra. Maria Lutegarda foi atribuído ao projeto «A Qualidade de Vida de Crianças e Jovens com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental: Contributo para Educação Inclusiva», da autoria da investigadora Maria Cristina Marques Ferreira Simões.

“Concorri ao prémio mesmo para divulgar o que tenho feito nesta área, e a área é qualidade de vida, neste caso específico, de crianças e jovens com dificuldade intelectual, com dificuldades acrescidas”, afirmou a vencedora.

As duas menções honrosas foram também

atribuídas a Lúcia Maria Neto Canha, pelo trabalho «Transição para a Vida Adulta no Contexto da Deficiência, Estudo das variáveis pessoais e sociais associadas a um processo de sucesso e desenvolvimento de um modelo de intervenção inclusivo», e Ana Sofia Pedrosa Gomes dos Santos, pelo trabalho «A investigação-ação no campo da Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental».

Esta é uma iniciativa pioneira, de periodicidade bienal, constituída por um prémio no valor de 8.000 euros e duas menções honrosas de 1.500 euros. O Prémio de Investigação Científica Dra. Maria Lutegarda tem como objetivo estimular e mobilizar para a criação e desenvolvimento de trabalhos de investigação e de inovação sobre a reabilitação junto de pessoas com deficiência.

A primeira edição teve 14 projetos de



investigação a concurso, nos três graus de ensino superior público e privado (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), e contou com o Alto Patrocínio da Presidência da República e com os apoios da Fundação Montepio e da Câmara Municipal da Amadora.

Domingos Rosa, presidente da Fundação, quando questionado sobre a herança deixada por Maria Lutegarda, começou por dizer que a mesma “trouxe à nossa casa (AFID) a felicidade”, acrescentando: “Os nossos utentes são pessoas que se sentem bem dentro de casa e ela conseguiu introduzir essa cultura, quer da qualidade quer da felicidade, e são dois aspetos fundamentais numa organização desta natureza”.

OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PORTO

Papa Francisco e CNIS entre os distinguidos com Medalha de Mérito

O Conselho de Administração da Obra Diocesana de Promoção Social, depois de ter criado na instituição as Medalhas de Mérito (Classe Ouro, Prata e Bronze) para distinguir entidades e personalidades, decidiu pela primeira vez atribuir estas distinções.

A primeira Medalha de Mérito, Classe Ouro, da Obra Diocesana de Promoção Social, foi atribuída a Sua Santidade o Papa Francisco, pelo seu grande impulso na renovação da Igreja e pela sua mensagem universal de fé, de amor, de humanismo, de tolerância, de harmonia, de paz, de misericórdia, de justiça, de solidariedade, de defesa da vida humana e da sua dignificação, a qual foi entregue pelo presidente do Conselho de Administração da Obra Diocesana Promoção Social, Manuel Moreira, aquando da visita à instituição ao Nuncio Apostólico da Santa Sé em Portugal, Arcebispo D. Ivo Scapolo, para a fazer

chegar ao destinatário em Roma.

Aproveitando a Ceia de Natal dos colaboradores da ODPS, foi ainda distinguida a Diocese do Porto, igualmente com uma Medalha de Mérito, Classe Ouro, pela sua visão social e humana ao criar em 1964 a Obra para responder às necessidades das pessoas e comunidades dos bairros sociais da cidade do Porto.

Foram ainda distinguidas com Medalhas de Mérito, Classe Ouro, o Centro Distrital da Segurança Social do Porto, a Câmara Municipal do Porto, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto, pelas suas parcerias, apoio institucional e efetivo à instituição ao longo dos seus quase 56 anos de existência.

A medalha atribuída à CNIS foi recebida pelo presidente padre Lino Maia.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Eleutério Alves renova mandato após eleições muito concorridas

“Recebi esta vitória com tranquilidade e tudo o que aconteceu ontem é o reflexo daquilo que é a nossa irmandade, uma irmandade viva e interessada”, começou por dizer Eleutério Alves, após ser novamente eleito provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança”, referindo ainda: “Tivemos a maior votação de sempre, com mais de 300 irmãos a votar, o que mostra que esta é uma irmandade que está consciente”.

Apontando ao futuro, o provedor lembrou o novo projeto da instituição na área da saúde mental.

“Como as demências estão a aumentar na nossa população e a idade avançada traz com ela algumas demências e algumas dependências é necessário criar soluções para que essas pessoas tenham direito ao bem-estar, à dignidade e à qualidade de vida”, sustentou, revelando: “O projeto

passará pela prestação de serviços de apoio domiciliário, mas também serviço de apoio a institucionalizados, em equipamento próprios e preparados para receber essas pessoas”.

Eleutério Alves encabeçou a Lista A e teve a oposição de Miguel Miranda, da Lista B, que já se tinha candidatado ao cargo há quatro anos. Com mais de 200 votos, Eleutério Alves venceu Miguel Miranda, que obteve apenas metade da votação.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



PODE O CAPITALISMO SER UM AGENTE MORAL?

As novas recomendações da Business Roundtable

Tal como a democracia - que é o pior dos regimes com exclusão de todos os outros - também o capitalismo é um sistema cheio de defeitos. O problema está em que todas as alternativas até agora testadas ao sistema capitalista acabaram em tragédias. O inferno da Coreia do Norte dos nossos dias deveria ser suficiente para iluminar os que os que ainda possam ter ilusões nesta matéria.

Daí que um dos meus interesses maiores seja o de questionar o capitalismo enquanto agente moral. Podem as corporações capitalistas, sem deixar de o ser, promover voluntariamente o bem comum?

Aqui e ali vou encontrando manifestações dessa possibilidade e hoje gostaria de falar de um movimento recente que provocou um grande debate a nível global.

A Business Roundtable é uma associação em que têm assento os presidentes executivos das maiores empresas americanas que é o mesmo que dizer a maior parte das grandes empresas deste nosso vasto mundo.

O que se passa na Business Roundtable é importante porque, de tempos a tempos, a organização emite um conjunto de princípios a que deveriam obedecer as companhias capitalistas “bem-comportadas”.

Embora ninguém seja obrigado a seguir as recomendações da Business Roundtable, nem mesmo aqueles que participam na sua elaboração, a verdade é que a Business Roundtable vai, de alguma forma, refletindo o pensamento dominante, e, por isso, o que de lá sai é significativo.

Dá-se o caso de recentemente a Business Roundtable ter alterado a sua postura e isso conta!

Desde 1978 que a Business Roundtable recomendava a adoção do interesse do acionista, leia-se maximização do preço das ações, como objetivo último de uma corporação capitalista.

Este foco exclusivo no preço das ações tem provocado efeitos negativos em muitos domínios.

Um dos enviesamentos mais perigosos deste foco exclusivo no preço das ações é a tendência para a visão curta.

Como os gestores são pagos (por vezes em doses de muitos milhões de dólares por ano) em função da variação do valor das ações, privilegiam tudo o que possa favorecer a valorização das ditas no imediato mesmo que à custa dos benefícios de mais longo prazo.

Os acionistas deveriam contrariar esta visão curta e penalizar os gestores que só pensam na cotação em bolsa do dia de amanhã.

O problema é que, muitas vezes, acionistas e gestores estão alinhados na visão curta. Em muitos casos os acionistas são fundos de investimento que não têm qualquer ligação afetiva à empresa e que só estão à espera de uma valorização das ações para sair do investimento com uma mais valia gorda. E, quanto mais depressa, melhor!

Depois o foco exclusivo no valor para o acionista tem levado à generalização da engenharia financeira que permite, à custa de dívida, aumentar os lucros por ação mesmo quando a massa de lucros gerada pela companhia não aumenta.

Imaginem uma empresa com um milhão de ações e que gera lucros de 5 euros por ação, ou seja, 5 milhões de euros de lucro total anual.

Imaginem que essa empresa cota a 15 vezes o lucro anual por ação, ou seja, vale em bolsa 75 euros por ação.

Como a dívida está barata essa empresa pede um empréstimo de 7,5 milhões de euros pelo qual paga 1% de juros para comprar 100.000 ações da própria companhia.

Se, no ano seguinte, a exploração da empresa for rigorosamente igual terá um lucro de 5,47 por ação. O lucro total até é um pouco mais pequeno porque a empresa tem de pagar os juros do empréstimo, contudo, como o número de ações a quinhão no lucro é agora de apenas 900.000 o lucro por cada ação sobe um pedaço.

Provavelmente, com lucros por ação a subir, as ações também sobem, os gestores recebem prémios chorudos e os acionistas (os de visão curta) ficam contentes.

É evidente que este truque não pode ser reproduzido eternamente e muitos se perguntam se já não se foi longe de mais na engenharia financeira.

Começa a ser claro para muitos no mundo corporativo que o mantra exclusivo do valor para o acionista gerou incentivos enviesados, levou os gestores a favorecer desmedidamente ganhos de curto prazo com consequências negativas para as empresas e para a economia como um todo. Muita da confusão que vimos no mundo financeiro na crise de 2008/2009 tinha a sua raiz na visão estreita dos ganhos imediatos, mesmo que à custa de riscos prontos para “explodir” no futuro.

A nova orientação proposta pela Business Roundtable é muito mais inclusiva. Defende que a corporação capitalista deve entregar valor aos consumidores, investir nos empregados, lidar de forma leal e ética com os fornecedores, apoiar as comunidades onde se insere e, finalmente, criar valor de longo prazo para os acionistas.

Obviamente trata-se de um propósito muito mais interessante que o velho e restrito mantra de criação de valor para o acionista. Como tal louve-se a mudança.

Contudo, convém não esquecer as fragilidades.

A primeira está ao nível do controlo. Na velha formulação era suposto que os acionistas controlavam os executivos cujo mandato era claro – prosseguir o seu interesse maximizando o valor das ações. Agora que há muitos interesses em jogo que modelo de controlo pode ser implementado? Quem vai representar a comunidade? Ou os trabalhadores? Que penalização para gestores que se afastem da orientação corporativa? Quem penaliza?

O segundo tema é o do possível conflito de interesses e de como geri-lo. Na formulação de 1978 esse problema não existia – havia apenas um interesse a prosseguir.

Imaginem agora uma situação em que no interesse de longo prazo dos acionistas uma parte do processo produtivo deve ser deslocalizado de uma região rica do país para uma região mais pobre onde os salários são mais baixos. Pode ser bom para os acionistas, até pode ser bom para o país porque promove algum reequilíbrio regional, mas é seguramente mau para os trabalhadores que vão ficar desempregados.

Um problema similar se coloca se a deslocalização for para um país estrangeiro.

A quem se deve a maior lealdade? Aos acionistas, aos empregados, ao país?

Imaginem também uma tecnologia disruptiva que pode ser importante para o futuro da firma, mas que elimina postos de trabalho, reduz o rendimento de muitos fornecedores e afeta fortemente a comunidade local. Que devem fazer os executivos da empresa tendo em ordem o novo código de conduta?

Fora de dúvida que a nova orientação da Business Roundtable é um avanço significativo. As fragilidades também são evidentes, mas progresso é sempre progresso e deve ser louvado.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Elsa e Fabien passaram por aqui...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

“Perigo iminente” para os utentes levou ao fecho de 11 ERPI e cinco creches

A Segurança Social fechou 11 lares e cinco creches em 2019 porque representavam um “perigo iminente” para os utentes, na sequência de 402 ações de fiscalização feitas a lares e outras 94 a creches até ao final de outubro.

Dados do Instituto de Segurança Social (ISS) mostram que, desde o início do ano e até ao dia 31 de outubro, foram feitas 402 fiscalizações a Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI), um número inferior às 577 feitas em todo o ano passado, mas que ainda poderá sofrer alterações, tendo em conta que faltam contabilizar três meses.

Na sequência destas mais de 400 fiscalizações, o ISS encerrou 89 lares, 11 dos quais de forma urgente, o que acontece quando “se verifica um perigo iminente para a saúde e integridade dos utentes”.

Quando isso acontece, os utentes são imediatamente retirados e, simultaneamente, encaminhados “para as respetivas famílias ou para as respostas sociais alternativas condignas, disponibilizadas pela Segurança Social”.

Por outro lado, relativamente às creches, o ISS revela que houve o encerramento urgente de cinco estabelecimentos entre os 15 que foram fechados durante o ano de 2019, resultado de 94 fiscalizações feitas a estes estabelecimentos.

Entre 2017 e 2018, o número de fiscalizações aumentou nas duas valências, mas sobretudo nas creches, com um crescimento de 33% entre as 158 fiscalizações feitas em 2017 e as 2210 realizadas no ano passado.

Já nas ERPI o aumento foi mais reduzido, de 2,5%, uma vez que em 2018 o ISS fez 577 ações de fiscalização, depois de no ano anterior ter feito 563.

O número de lares e de creches que foram fechados teve evoluções diferentes, sendo que no primeiro caso houve uma redução no número de encerramentos entre 2017 (133) e 2018 (109) e uma estabilização nos encerramentos urgentes (12), enquanto no caso das creches a evolução foi a oposta, com 12 fechados em 2017 e mais seis no ano seguinte, sendo que só

há encerramentos urgentes conhecidos para o ano de 2019.

De acordo com o ISS, as ações de fiscalização podem ter resultados diferentes e terminar em encerramentos urgentes, administrativos, ou até em processo-crime por indícios de maus tratos ou de desobediência, dependendo do tipo e da gravidade das irregularidades encontradas.

“A decisão de encerramento administrativo é sempre precedida de audiência prévia, nos termos da lei, competindo à entidade proprietária dar cumprimento à ordem de encerramento, cessando a atividade no prazo fixado (de 30 dias). Em caso de incumprimento, após o decurso do prazo legal, é comunicado ao Ministério Público o crime de desobediência”, explica o ISS.

Acrescenta que, “regra geral”, os motivos que levam ao encerramento destes estabelecimentos têm a ver com a falta de licença de funcionamento, a falta de condições de segurança, da vistoria higiossanitárias ou da licença de utilização de instalações.

Acontece também estar em falta o regulamento interno, não existir diretor técnico, plano de atividades ou livro de registo de admissão de utentes.

O ISS refere ainda que há, atualmente, 62.278 idosos em lares e 74.466 crianças em creches com acordo de cooperação, sendo que durante o ano de 2019 foram contratualizados mais 969 lugares em creche e mais 1.177 lugares em ERPI, resultado da revisão e celebração de novos acordos de cooperação.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL